

Como sair do buraco

J.O. de Meira Penna

Respondendo àqueles que lhe perguntam "Como sair do buraco?", o diplomata, economista, ex-embaixador em Washington e Londres, ex-ministro do Planejamento principalmente responsável pelas condições que permitiram o "milagre econômico" da década dos 70, ex-senador e atualmente deputado Roberto Campos ofereceu sugestões, em artigo de 17 de janeiro último, obedientes porém ao formidável apotegma bismarckiano de ser a política "a arte do possível". A crítica de S. Exa. é séria e responsável; sua receita tem aplicação possível. Mas, citando Tavares Bastos, Roberto Campos também previne que, "quando brasileiro decide ser burro, é melhor sair da frente..."

Ora, sou mais velho do que o Campos, embora esteja longe de me considerar um **spoudaios** aristotélico, carrancuda e prudentemente atento à coisa pública. Não tenho qualquer responsabilidade política. E, sendo o País surrealista, do mesmo modo como pode o "comitê executivo da burguesia" (que é o governo na definição marxista) ter como seu líder na Câmara o secretário-geral do PC ortodoxo, pode também um "reacionário de carteirinha" como eu (na opinião do Marcito Moreira Alves) lançar-se às mais burras e extravagantes fantasias revolucionárias, para completar as do ilustre deputado do PDS. Eis, pois, a lista complementar:

1) Congelamento imediato dos salários de todos os servidores públicos, do presidente da República ao varredor de rua do mais longínquo município do País, nas três áreas do Poder, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Claro: alguns milhões de pessoas ficariam na miséria ou desempregados, mas, por outro lado, outros milhões encontrariam emprego no setor privado, o único produtivo da economia — o qual seria revitalizado pela supressão do déficit público e o fim instantâneo da inflação. Incidentalmente, uma medida drástica dessa natureza foi aplicada na Bolívia e em Israel, dando o resultado esperado...

2) Privatização imediata dos portos e das empresas estatais, sem nenhuma das escapatórias que o ex-vice e prefeito juiz-forense, ora ocupando o cargo de chefe de Estado, tem procurado promover para deter o processo irresistível de liberalização e modernização da economia.

3) A Petrobrás, inclusive, perderia o monopólio, mas seria conservada na área de prospecção e exploração por uma questão de segurança externa — na eventualidade de nova crise provocada por acontecimentos no Oriente Médio.

4) Liquidação de todos os bancos estaduais, ficando os respectivos governos responsáveis por suas dívidas. Intervenção federal nos Estados cujos governos não saldarem suas dívidas até o final do ano. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica seriam entregues a seus respectivos funcionários. Os novos sócios-proprietários tornar-se-iam responsáveis pelo enxugamento dessas instituições, nas duras condições de concorrência numa economia de mercado. Em dez anos teriam de ressarcir o Tesouro pelo patrimônio assim adquirido.

5) Autonomia do Banco Central. Seu novo presidente, eleito pelo Congresso com um mandato de cin-

co anos, teria como missão precípua pôr em aplicação o § 1º do artigo 164 da Constituição.

6) Aplicação imediata do § 7º do art. 226 da Constituição. As verbas de previdência, educação e saúde seriam destinadas, de modo maciço, a "propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício" do direito de planejamento familiar; e o santo baiano dr. Elsimar Coutinho seria nomeado ministro do Planejamento (da natalidade), visando reduzir o crescimento demográfico para 1% ao ano (com a queda de 4,5 milhões para 3 milhões de nascimentos anuais). Esse, o único meio de reduzir a pobreza em nosso país!

7) Fim do ensino superior gratuito; autonomia universitária completa, inclusive financeira. As verbas do Ministério da Educação seriam reservadas, exclusivamente, à concessão de bolsas a jovens sem recursos.

8) Fim do serviço militar obrigatório. Redução dos efetivos do Exército a uma pequena força profissional, altamente treinada. Suspensão por três anos de recrutamento para as escolas militares das Três Forças, a medida sendo extensiva ao Instituto Rio Branco. As Forças Armadas e o Itamaraty deveriam adaptar-se ao novo modelo, mais magro, de serviço público. O patrimônio urbano do Exército seria vendido, para sua instalação na área rural. As Forças Armadas sediadas na Amazônia e em Mato Grosso desempenhariam funções de engenharia, educação, saúde e policiamento das fronteiras.

9) Pena de morte para os homicidas reincidentes e instalação de presídios federais na área rural para os sentenciados perigosos.

10) Adoção imediata do voto distrital e reforma da legislação eleitoral, de maneira a reduzir o número de partidos e facultar o exercício eficiente do sistema parlamentarista (o melhor mesmo seria chamar Dom Pedro de volta ao trono...).

11) Eliminação dos "Estados" pequenos, que foram antigos territórios — resquício do "entulho autoritário" convenientemente esquecido pelos ambiciosos políticos da Nova República. Num segundo tempo, seriam também eliminados o Piauí, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Sergipe, Alagoas e Rondônia. Uma federação com apenas 14 ou 15 Estados seria muito mais eficiente e equilibrada.

12) Uma eliminação semelhante de uns mil municípios inviáveis que não possuem hospitais, nem escolas, nem aplicam os 25% de seus recursos em educação, conforme previsto no art. 212 da Constituição. Imaginem a economia com todo o pessoal político e administrativo inútil: uma maravilha!

13) Fim da transferência de recursos da União para os Estados e municípios: cada Estado e município que se arranje, livremente, com seus próprios impostos ou outros recursos.

Muitas outras medidas poderiam ser sugeridas neste meu exercício de fantasia onírica, mas não há mais espaço num curto artigo como este.

Como meus generosos leitores poderão constatar, não é fácil sair do buraco...